



Revista Mundo Antigo

Entrevista Interview





Idade Média em foco



Entrevistado (interviewed):
Prof. Dr. Mario Jorge (UFF)¹

Entrevistadora:
Prof. Dr. Carolina Fortes (UFF/ESR)

1. Professor Mário Jorge, para darmos início a esta entrevista, você poderia nos contar sobre sua trajetória acadêmica?

Cursei a graduação em História na UFRJ, onde me formei no ano de 1988. Fui, em seguida, cursar o mestrado na UFF, que criara havia alguns anos o Setor de História Antiga e Medieval, iniciativa do saudoso Prof. Ciro Cardoso, com quem cursei várias disciplinas, e da Profa. Vânia Frões, que assumiu minha orientação. Antes mesmo de concluí-lo, no ano de 1995, com uma dissertação que só viria a ser publicada em 2009, pela Eduff, fui aprovado em concurso público, o primeiro da “era Collor”, de triste memória, e me tornei, ainda em 1992, professor daquela instituição, onde comecei a atuar como Professor Auxiliar. No ano de 1998, por fim, iniciei o meu doutorado na USP, sob orientação do Prof. Hilário Franco Júnior, concluindo-o no ano de 2002 com

¹ Professor Associado II do Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde atua também no Programa de Pós-Graduação, além de pesquisador do *Translatio Studii* – Núcleo Dimensões do Medieval, e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).



uma tese que viria a ser publicada, com algumas modificações, em 2013, pela Edusp. Desde então comecei a atuar também no Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

2. O que o levou a estudar História Medieval?

Pertenço à geração que vivenciou, ainda na graduação, o *boom* da medievalística no Brasil, na década de 1980, graças ao acesso, com alguma defasagem temporal, à leitura dos principais expoentes da Nova História francesa – que eram (são) medievalistas – inicialmente traduzidos pelas editoras portuguesas. Costumo dizer que se Jacques Le Goff, Georges Duby e cia. fossem Assiriólogos, seria a Assiriologia, e não a História Medieval, a galgar os patamares em que nos encontramos hoje no Brasil. O vigor fundamental decorreu, portanto, naquela altura, da renovação historiográfica geralmente associada àquela “escola” e “fatia de duração”, e a minha relação original com a História Medieval é parte disso ainda que, a rigor, no meu próprio trabalho, eu tenha me afastado muito, para dizer o mínimo, tanto das temáticas quanto das perspectivas teóricas fundamentais àquela historiografia.

3. Ao longo de sua formação, quais foram os empecilhos mais significativos para o desenvolvimento de suas pesquisas?

Costumo dizer que, em fins da década de 1980, constituíamos, no Brasil, um “incrível exército de Brancaleones”, “meia-dúzia” de “aspirantes a medievalistas” que enfrentavam dificuldades enormes diversas, desde o acesso restrito à bibliografia e aos documentos até o questionamento, nos nossos próprios departamentos, do nosso “direito de cidadania” histórica. Aquela história, parecia óbvio a todos os demais, não nos dizia respeito: não era “nossa história”, não era “nosso passado”. Contudo, quanto a esse questionamento, a rigor, considero que ele foi importante e, se “nossa posição” já não é, atualmente, tão questionada, creio que devemos manter no nosso horizonte a reflexão cotidiana sobre as motivações do nosso ofício. Não acho, contudo, que essa perspectiva crítica deva ser apanágio exclusivo dos “medievalistas brasileiros”, mas dos



historiadores em geral. Portanto, a maior dificuldade foi, e ainda é – a despeito dos avanços decorrentes, em especial, da digitalização das principais bibliotecas e acervos europeus – o esforço por se manter atualizado na vastíssima bibliografia que se renova a cada dia num sem número de revistas especializadas e em livros. Creio, também, que as restrições que ainda limitam o nosso acesso aos documentos sejam responsáveis, em grau elevado, pela tendência, muito vigorosa entre nós, de estabelecer pesquisas a partir de um *corpus* documental restrito que constitui o próprio tema, quando não de uma única fonte que é, então, submetida a uma espécie de exegese. Não acho que seja esse o caminho mais profícuo!

4. Você é um dos fundadores do *Translatio Studii* da UFF. Como você vê a trajetória do Núcleo no âmbito dos estudos medievais brasileiros?

Acho muito interessante a proliferação dos núcleos de pesquisa pelo país, sintoma mais evidente do vertiginoso crescimento de nossa área de estudos e dos esforços gregários, de superação do isolamento e do individualismo que ainda caracterizam o campo da História muito mais do que o de outras disciplinas. Aproveitando para saudar aqui os diversos núcleos de pesquisa dedicados ao medievo, creio que uma das marcas do *Translatio Studii* seja a sua original vocação interdisciplinar agregando, na UFF, docentes e discentes de História, Letras e Filosofia. Penso que a transdisciplinariedade ainda seja muito mais celebrada do que de fato realizada na academia, e talvez a sua prática efetiva decorra da conjugação de esforços e, sobretudo, da promoção do diálogo entre os vários especialistas com suas formações específicas. Os núcleos devem ser centros de promoção destes contatos. Outro aspecto que me mobiliza no *Translatio* é a sua dinâmica aberta e democrática. O núcleo conta hoje com duas coordenadoras dedicadas, a Profa. Renata Vereza e a Profa. Carolina Fortes, mas as atividades do grupo são todas definidas em reuniões abertas com a participação efetiva dos estudantes.



5. Quais são os seus projetos para o futuro?

Sou, fundamentalmente, um professor, e essa foi a melhor desculpa que encontrei para continuar sendo estudante pelo resto da vida. Quero, portanto, seguir estudando e convivendo com os estudantes, o maior dos estímulos para reunir palavras e estabelecê-las em textos sobre a História. Além disso, o maior projeto que acalento consiste em relacionar-me, junto com os integrantes de outro grupo de pesquisa do qual participo (o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo – Estudos do Pré-Capitalismo – NIEP-Marx-PréK), que reúne estudiosos da antiguidade e do medievo, dos movimentos camponeses articulados no Brasil e no exterior (como o MST e a Via Campesina), visando o dimensionamento histórico do protagonismo camponês nas sociedades que estudamos e sua articulação com o estudo e a militância do protagonismo camponês num contexto atual marcado pela expansão do capitalismo no campo (agronegócio, transgênicos...). Creio que esse contato seria altamente positivo para a academia e para os movimentos sociais...

6. Tendo já formado vários pesquisadores em história medieval, você percebe alguma marca característica na nova geração de medievalistas?

O meu escopo de orientação é muito amplo, porque são muito diversos os interesses e perspectivas dos estudantes que me procuram na graduação e na pós-graduação. Talvez pelo fato de que ainda sejamos relativamente poucos, os orientandos potenciais e efetivos parecem não tomar a minha prática historiográfica como parâmetro delimitador de minha atuação como orientador. Considero-me um historiador marxista e, no entanto, a grande maioria dos trabalhos – de graduação, de mestrado e do doutorado – de cuja elaboração participei, até aqui, como orientador, não foram elaborados a partir dos seus referenciais. Na verdade, esses constituem, até o momento, uma pequena minoria. Já orientei trabalhos de história política baseados em perspectiva institucionalista, trabalhos dedicados à temática da identidade, gênero, discurso etc. Lidando com essa diversidade, destacaria como uma possível principal característica da “nova geração” o fato de que, mesmo fazendo histórias diferentes e sob perspectivas



diversas, o ofício é exercido com mais autoconfiança, com o sentimento mais pleno do direito de cidadania histórica conquistado pela medievalística brasileira, aqui e no exterior, segurança que nos faltou e de que padeceu, na origem, como destaquei, a minha geração.

7. Qual você considera ser o papel do estudo acadêmico da História Medieval no contexto da educação brasileira?

Tenho dito a vários colegas, em eventos pelo país e, principalmente, nos encontros bienais promovidos pela Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), que devíamos promover uma discussão nacional acerca do ensino de História Medieval em nossas universidades. Devíamos começar pela questão fundamental e complexa seguinte: que História Medieval devemos abordar em nossas estruturas curriculares? Por exemplo, tenho uma impressão, que nunca submeti a uma verificação efetiva, de que predominam em nossas abordagens uma Idade Média “francófona”. Em se confirmando a tendência, será adequada a perspectiva? Se, como creio, o “mundo pré-capitalista” é “descentrado”, por que decreto de Clio instituímos as regiões da Gália como centro da “civilização medieval”, tomando-a por referência essencial e região prioritária de estudos? Quem definiu que foi esse o “palco” principal? Mesmo sob uma perspectiva “conteudística”, quem estabeleceu que o Império Carolíngio consistiu em realidade histórica mais “importante” do que as experiências do Reino Cristão do norte ibérico, ou do que o Califado Omíada de Córdoba? Será que “nossa História Medieval” deveria, por exemplo, deslocar seu foco para a Península Ibérica? Ou ainda, talvez, devêssemos nos aproveitar do fato de que não nos pesa sobre os ombros as contemporaneidades nacionais européias que se apropriam, cada uma delas, dos seus passados medievais, para transpor fronteiras, superar barreiras e trabalhar com base na comparação? Tenho mais perguntas do que respostas, mas concluo com uma certeza: a História Medieval (assim como a Antiga, a Moderna etc.) é, para a academia, o único antídoto seguro contra os males do presentismo, de uma história restrita do tempo presente que perca em densidade. A meu juízo, o que se convencionou chamar de Idade Média consistiu em um rico e milenar laboratório de



experiências humanas no planeta, de luta cotidiana pela sobrevivência, de submissão à exploração e de resistência à mesma. Se a História é a disciplina do contexto (E. P. Thompson), e do contraste, o Medieval é uma fatia de duração indispensável, em última análise, a compreensão da constituição da nossa própria contemporaneidade.

Mário Jorge da Motta Bastos é Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989), Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1995) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente, é Professor Associado II do Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde atua também no Programa de Pós-Graduação, além de pesquisador do *Translatio Studii* – Núcleo Dimensões do Medieval, e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – Estudos do Pré-Capitalismo (NIEP-Marx-Prék), grupos de pesquisa registrados no CNPq. Principais linhas de pesquisa e de orientação: Economia, Religião e Sociedade na Idade Média Ocidental. Organizou vários livros dedicados à História Medieval, é autor de diversos artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros e de dois livros: o primeiro, publicado em 2009, pela EDUFF, intitula-se *O Poder nos Tempos da Peste (Portugal - Séculos XIV-XVI)*; o segundo, publicado em 2013, pela EDUSP, intitula-se *Assim na Terra como no Céu...: Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII)*. Foi agraciado, em 2009, com uma bolsa de pesquisa da Fundación Carolina, trabalhando nos meses de janeiro e fevereiro no Instituto de Historia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC-Madri), e desenvolveu, no mesmo ano, um Estágio de Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo, com pesquisa sobre o tema *Formas de Apropriação Material e Simbólica da Natureza na Alta Idade Média Ibérica*. Em 2012, foi novamente contemplado com uma bolsa de pesquisa da Fundación